

Alerta do Brasil: Por uma abordagem abrangente, interseccional e contextual para a garantia da liberdade acadêmica ^{1 2}

Rosario Figari Layus e Camila Nobrega Rabello Alves

1. Introdução

O Brasil entrou, nos últimos anos, no mapa de alerta da deterioração das condições para a liberdade acadêmica internacionalmente. Entretanto, a situação ainda está à margem do debate público e é negligenciada pelos dados oficiais. Pesquisadoras/es e organizações da sociedade civil relataram, nos últimos anos, ameaças crescentes à liberdade acadêmica e ataques violentos à comunidade de ensino superior e pesquisa, incluindo não apenas cientistas, mas também estudantes, funcionárias/os e as próprias instituições (Observatório do Conhecimento, LAUT e SBPC, 2022; Scholars at Risk - SAR 2018, 2019, 2020, 2021; GPPI 2020). Esta deterioração da liberdade acadêmica como um direito humano no Brasil também afetou negativamente tanto as comunidades acadêmicas quanto as pessoas de maneiras diferentes e interseccionais, dependendo de seus contextos. Embora a promessa do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva de democratizar o sistema educacional tenha trazido um contexto de otimismo às instituições públicas do setor, o cenário atual exige atenção urgente. Lula, conhecido por importantes programas de ampliação do acesso à educação em sua administração anterior, venceu as eleições presidenciais em outubro de 2022, e enfrenta um cenário desafiador.

"SOS Brasil: ciência sob ataque" foi a manchete usada pela prestigiosa revista *The Lancet*, em 2021, para explicar as crescentes hostilidades contra a comunidade científica e acadêmica no Brasil. Sob este título, o epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, publicou uma carta aberta denunciando o assédio e a perseguição oficial sistemática de acadêmicas/os que, por meio de suas pesquisas, questionam políticas públicas prejudiciais ao país. Em sua carta, Hallal, que também foi alvo de assédio por causa de suas descobertas a respeito da Covid 19,³ denuncia os graves ataques contra a ciência no Brasil desde o início da presidência de Bolsonaro em 2019, com cortes no orçamento e discursos negacionistas (Hallal, 2021, p. 372). Hallal enfatiza que agressões negacionismo científico do governo levaram o Brasil a ser o segundo país do mundo com o maior número de mortes pelo Covid-19.

Desde então, estudos recentes têm mostrado um declínio ainda maior da liberdade acadêmica. De acordo com uma pesquisa realizada com professores de ensino superior, pesquisadores e

¹ Este resumo de política é o resultado de um trabalho de pesquisa conjunto realizado entre agosto de 2021 e agosto de 2022, que foi apoiado pela Mellon Foundation e a Scholars at Risk's Academic Freedom Fellowship.

² Nosso agradecimento mais profundo a todas e todos entrevistadas/os durante a pesquisa no Brasil, no Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, que nos confiaram-nos suas histórias de vida e experiências muitas vezes difíceis, e compartilharam conosco suas perspectivas e conhecimentos. Gostaríamos também de agradecer particularmente a Chelsea Blackburn Cohen, Robert Quinn, Irv Epstein, Débora Medeiros, Amanda Mendonça, Kasia Kaczmarzka, Rosana Kordylas e Danielle Pamplona por seus valiosos comentários e sugestões a respeito deste resumo de política.

³ Pedro Hallal foi o principal investigador do Epicovid-19, o maior estudo epidemiológico do Covid-19 no país. Em seu estudo de âmbito nacional, a equipe de pesquisa encontrou acentuadas disparidades regionais, étnicas e socioeconômicas na pandemia de Covid-19 no Brasil, bem como uma diferença de seis vezes entre as estatísticas oficiais e as estimativas sobre o número real de pessoas infectadas. Estas descobertas não foram bem recebidas pelo Ministério da Saúde, e o financiamento do estudo foi interrompido em julho de 2020.

estudantes de pós-graduação para avaliar violações e ameaças, 58% das/os entrevistadas/os relataram conhecer pessoas que vivenciaram limitações ou interferências indevidas em suas pesquisas ou aulas (Observatório do Conhecimento, Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo LAUT et. al. 2022, p.2). Além disso, entre 35% e 42% das/os entrevistadas/os (Idem, p. 5) afirmaram que foram forçadas/os a restringir ou modificar aspectos de suas próprias pesquisas e o conteúdo de suas aulas por medo de retaliação. Ademais, 43% das entrevistadas/os classificaram os procedimentos de suas instituições para lidar com relatos de ameaças à liberdade acadêmica como insuficientes ou muito insuficientes (Idem, p.7).

Práticas repressivas como o abuso de poderes governamentais para minar a autonomia universitária, a judicialização de pesquisadoras/es que expressam publicamente pontos de vista críticos, assim como ameaças crescentes e assédio on-line, estão afetando, cada vez mais, a segurança das comunidades de ensino superior e pesquisa no Brasil. De fato, de acordo com o Índice de Liberdade Acadêmica, o Brasil mostra um sério declínio nos níveis de liberdade acadêmica no país de 2011 até 2021 (FAU e V-DEM 2022, p. 4). No entanto, há uma falta estrutural de medidas de proteção, como realmente previsto na Constituição Brasileira e nos tratados internacionais assinados pelo Brasil, juntamente com uma falta de coleta oficial de dados e um amplo debate público sobre o assunto. Este cenário, que será discutido em detalhes a seguir, é uma das principais razões para este estudo com foco no caso brasileiro.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi dividida em dois métodos principais de coleta de dados: o primeiro passo foi baseado na seleção de fontes secundárias: produção científica sobre liberdade acadêmica, artigos de imprensa e relatórios de organizações da sociedade civil. A segunda etapa utilizou fontes primárias de dados através de entrevistas semi-estruturadas. Esta técnica forneceu uma diretriz geral, mas com suficiente margem para respostas livremente formuladas, o que, por sua vez, levou a novas perguntas. Além disso, a metodologia foi informada por abordagens feministas que permitem a identificação de camadas de poder e privilégio não previamente evidenciadas, apontando para questões éticas adicionais que normalmente são reveladas neste processo (Ackerly e True, 2010).

Além disso, foi utilizada uma metodologia híbrida qualitativa, baseada em trabalho de campo digital e face a face. De outubro de 2021 até abril de 2022, foram realizadas 22 entrevistas em profundidade com diferentes atores relevantes de várias cidades do Brasil, nomeadamente Rio de Janeiro, Manaus, Brasília, São Paulo, Pelotas, Belém e Santarém. Entre as/os entrevistadas/os, estiveram autoridades universitárias, pesquisadoras/es e professoras/es no Brasil e em exílio, especialistas envolvidas/os em iniciativas de liberdade acadêmica, além de outras pessoas da comunidade acadêmica que, em várias fases da carreira que sofreram censura, interrupção ou outros ataques como consequência de seu trabalho. O estudo também ouviu estudantes.

As/os entrevistadas/os foram selecionadas/os utilizando a abordagem de amostragem de Bola de Neve (Biernacki e Waldorf 1981, Atkinson e Flint, 2003). Nesta técnica, uma/um entrevistada/o inicial fornece o nome de outra/o entrevistada/o potencial, e assim por diante. Esta estratégia de amostragem reconhece e legitima a importância da existência de redes de contato e é bastante eficiente no contato de novas/os entrevistadas/os envolvidas/os no tópico. O recurso de redes como meio de contato com pessoas viveram situações de violência ou agressão é fundamental, pois dá a possibilidade de a/o entrevistador/a reconhecer e estabelecer

relações de confiança que podem gerar outras formas de abertura e predisposição para as entrevistas.

Em sua análise do contexto de aumento da violência offline e online contra pesquisadoras/es, alguns estudos observaram que uma perspectiva anti-ciência foi estimulada como parte do projeto neoliberal no século 21 (Santini e Barros, 2022, p. 4; Latour, 2020). Estas abordagens reconhecem este cenário como parte de uma tentativa de reduzir os espaços para o pensamento crítico e interromper processos de democratização. Na verdade, como discutido abaixo, a partir dos anos 2000, alguns governos progressistas promoveram um processo de inclusão de grupos marginalizados, ampliando o acesso ao ensino superior e à pesquisa. Atualmente, esses grupos também se tornaram alvo de ataques e restrição à liberdade acadêmica. Por esta razão, uma abordagem interseccional é crucial para avaliar os limites à liberdade acadêmica não apenas no escopo, mas também nos temas e grupos sociais afetados. Pesquisas recentes também têm enfatizado como a estratificação social e as divisões de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, sexualidade e outros tipos de marginalização se refletem no acesso, posição e tratamento de grupos e indivíduos marginalizados no sistema de ensino superior (Hill Collins e Bilge, 2016, p. 12) e como, em muitos casos, a dinâmica universitária contribui para reproduzir essas desigualdades ao longo do tempo (Bourdieu e Passeron, 1990).

Nos últimos anos, entretanto, a liberdade acadêmica tornou-se um dos principais alvos das hostilidades em curso, juntamente com a independência do Judiciário, a liberdade da mídia e o espaço para as organizações da sociedade civil. Este fenômeno tem sido denominado por cientistas e formuladoras/es de políticas como "espaço reduzido", "ambientes deficientes" (Van Tuijl, 2000) e "espaço operacional restrito" (Borgh e Terwindt, 2012), com alguns até mesmo referindo-se a um "espaço de fechamento" (Albrecht 2017), em particular, para casos drásticos nos quais não há espaço cívico para a ação da sociedade civil e para o exercício da liberdade acadêmica. Esta situação não é uma particularidade do Brasil. Outras regiões do mundo também se tornaram palco de ataques contra a liberdade acadêmica, como é o caso da Turquia, onde, nos últimos anos, muitas acadêmicas e acadêmicos foram postas/os sob investigação disciplinar, alguns tendo que deixar o país e outros/as submetidas/os ao encarceramento (Altıparmak e Akdeniz, 2017; Anistia Internacional, 2017; Özkirimli, 2017). No entanto, quando se trata do caso brasileiro, a situação ainda não ganhou a devida visibilidade. Pessoas que trabalham no meio acadêmico não costumam ser vistas como um grupo em risco, diferentemente do que ocorre com outros atores, como jornalistas, defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. Esta invisibilidade se reflete tanto escassez de pesquisa e produção de conhecimento sobre o assunto, quanto na falta de medidas adequadas para proteger cientistas em situação de risco, bem como outras comunidades externas muitas vezes envolvidas em pesquisas científicas

De fato, a falta de estudos e pesquisas aprofundadas sobre o tema da liberdade acadêmica na América Latina em geral e no Brasil em particular é significativa. Embora existam alguns importantes relatórios de organizações da sociedade civil abordando e denunciando o crescente enfraquecimento da autonomia universitária e da liberdade acadêmica no Brasil nos últimos anos (SAR, 2019, 2020, 2021; GPPI, 2020), a reflexão teórica e a análise dos padrões de violências, sua evolução ao longo do tempo e as respostas das partes interessadas no ensino superior ainda estão sendo pesquisadas. Além disso, não há dados sobre como as universidades respondem aos ataques à liberdade acadêmica e reagem nestes casos para proteger suas/seus

próprios/as pesquisadores/as universitários/as e estudantes ameaçados/as. Adicionalmente, é importante mencionar que os dados coletados se referem principalmente às instituições públicas de ensino superior. O cenário nas universidades privadas é um vazio de dados.

Na maioria dos países, os órgãos governamentais e instituições acadêmicas geralmente não respondem significativamente às ameaças e ataques enfrentados pela comunidade universitária. Vale ressaltar a gravidade da ausência de protocolos ou diretrizes em vigor para estes casos, tanto no nível governamental quanto acadêmico. Para abordar estas lacunas, esta análise política visa a avaliar algumas das respostas universitárias mais comuns - assim como seus resultados - ao lidar com seus próprios casos de pesquisadoras/es e sua comunidade acadêmica em geral que enfrenta riscos no Brasil.

Dividido em quatro seções, este resumo de política fornecerá recomendações para as instituições acadêmicas a fim de proteger e apoiar as/os acadêmicos/as em risco e promover e fortalecer uma cultura de liberdade acadêmica e educação democrática. A primeira seção se baseia nas múltiplas dimensões dos ataques à liberdade acadêmica e às/aos acadêmicos/as durante a última década, especialmente nos últimos quatro anos no Brasil. A segunda seção analisa a estrutura jurídica nacional e internacional para a proteção e apoio à liberdade acadêmica, bem como as obrigações dos Estados a este respeito. A terceira seção lança luz sobre o papel ambíguo das universidades e instituições acadêmicas ao lidar com práticas de assédio, violência ou declarações públicas e acusações das autoridades contra sua comunidade interna. Finalmente, a última seção fornece recomendações para a prevenção de ataques e para a proteção e apoio aos acadêmicos em risco no Brasil, assim como para a promoção e fortalecimento da liberdade acadêmica.

2. As múltiplas dimensões e impactos dos ataques à liberdade acadêmica no Brasil

O caso do Brasil é muito particular, pois, embora corresponda formalmente a uma democracia, apresentou nos últimos anos fortes tendências autoritárias e diversas formas de opressão e intimidação. Muitas destas tendências foram identificadas como parte do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Elas foram evidenciadas, por exemplo, pela presença do maior número de militares no Ministério da Educação (assim como em outros ministérios) desde a ditadura militar. Desde 2019, o Brasil tem testemunhado um aumento no número de assassinatos e criminalização de ativistas políticos, de direitos humanos e ambientais (Global Witness, 2021, p. 12), bem como um aumento no nível de assédio judicial e online contra pesquisadores/as, estudantes e professoras/es. Em muitos casos, estes ataques são o resultado de ações estatais realizadas com uso de instrumentos legais, através do uso do Judiciário, ou reforçadas pela implantação de outras formas de controle e vigilância. Assim, durante o governo de Jair Bolsonaro, as restrições às instituições democráticas, às liberdades civis e à liberdade acadêmica comprometeram o trabalho de atores críticos, estigmatizando-os e posicionando-os como perigosos, a partir de uma narrativa de que se posicionavam contra os valores conservadores morais e os interesses econômicos e políticos apresentados como sendo de "interesse nacional", endossando a perseguição de trabalhadoras/es e outras pessoas vinculadas a instituições acadêmicas (Lima e Yamamoto, 2022).

Este cenário está intimamente ligado à violação de diferentes direitos humanos e oferece uma visão dos crescentes ataques contra pesquisadores que produzem conhecimento crítico sobre estes assuntos. Durante a última década, a liberdade acadêmica e a comunidade de ensino

superior e pesquisa do país estiveram sob intensa pressão. O presidente Jair Bolsonaro usou com frequência uma retórica depreciativa para desacreditar cientistas e empregar uma série de estratégias para restringir a liberdade acadêmica. Por meio de ordens executivas e dos poderes conferidos aos ministros, a administração Bolsonaro também tem procurado punir e exercer maior controle sobre as instituições de ensino superior. Como os relatórios da Scholars at Risk *AR Free to Think* (2021, 2020, 2019) apontam, nos últimos quatro anos, o Brasil tornou-se um dos países da América Latina com os mais altos níveis de ataques violentos aos campi universitários contra protestos estudantis, bem como agressões direcionadas contra pesquisadoras/es e professoras/es críticos/as.

Curiosamente, em muitos casos, pode-se perceber que os tipos e causas de ativismos mais perseguidos estão relacionados aos mesmos assuntos atacados no âmbito da pesquisa e do ensino. Pelo menos 27 ativistas foram mortos/as no Brasil em 2021 (Front Line Defenders, 2021, p. 5). A maioria as pessoas assassinadas e ameaçados/as são aqueles/as ligados/as à defesa dos direitos humanos, ambientais, fundiários e dos povos indígenas, e quase sempre no contexto de megaprojetos, da indústria extrativa e das grandes empresas, assim como da defesa dos direitos das mulheres e LGBTQI+ (Front Line Defenders 2021). Estes eixos temáticos também são frequentemente alvo de ataques à liberdade acadêmica e a pesquisadoras/es. Muitos daqueles acadêmicos/as que ensinam, pesquisam e/ou se expressam crítica e publicamente sobre questões relacionadas à violência de gênero, direitos LGBTQI+, políticas ambientais e judiciais, e até mesmo políticas de saúde no contexto da pandemia, estão em risco de se tornarem alvo de várias formas de ataques, tais como agressões em redes sociais, assédio judicial, críticas e perseguições governamentais públicas e até agressões à integridade física, apenas para mencionar alguns (SAR 2020, 2021).

Neste contexto, a falta de informação sobre a liberdade acadêmica a partir de uma perspectiva de gênero e interseccional também é marcante. Quando se trata do desdobramento de violências contra a liberdade acadêmica, é crucial incluir uma análise interseccional a fim de compreender os ataques a grupos marginalizados específicos, para que esses casos não sejam tomados como aleatórios ou individualizados (Hill Collins, 2017; Hill Collins e Bilge, 2016). Assim, é necessário examinar as opressões interligadas e seus impactos sobre as pessoas que as enfrentam de formas genderizadas, racializadas e classistas. Além disso, Mwenza Blell *et al* (2022, p. 2) oferecem uma abordagem interseccional que também aborda cenários que conectam fatores de precariedade, neoliberalização, internacionalização, digitalização e várias formas de maior vigilância, censura e autocensura, bem como culturas de silenciamento, para mostrar que mulheres e pessoas negras são afetadas pelos ataques à liberdade acadêmica de maneiras específicas. A partir destas perspectivas, o caso do Brasil é um campo importante para investigação e análise do processo de deterioração da liberdade acadêmica em grupos marginalizados da sociedade, tais como mulheres negras, mulheres indígenas e pessoas LGBTQI+. Uma perspectiva interseccional também ajuda a moldar medidas de proteção para garantir a liberdade acadêmica.

Outra das atuais dinâmicas preocupantes que está afetando seriamente e restringindo a liberdade acadêmica no Brasil é a falta de acesso às informações oficiais. Nos últimos anos, a administração Bolsonaro implementou diferentes ações destinadas a reduzir a transparência da informação pública. Por exemplo, o governo emitiu o Decreto nº 9690 em 2019 que permitiu aumentar o número de autoridades com poder para decidir quais informações públicas do

governo devem ser classificadas como confidenciais.⁴ Além disso, no início da pandemia de Covid-19, o governo restringiu a Lei de Acesso à Informação (Comitê de Proteção aos Jornalistas, 2020). Em março de 2020, os prazos de resposta aos pedidos de acesso às informações estabelecidos por lei foram suspensos pelo governo. O Supremo Tribunal Federal os restabeleceu, porém, um mês depois. Tais restrições governamentais sobre informações infringem a legislação brasileira, especificamente a Lei nº. 12527 de 2012, que garante aos cidadãos brasileiros o acesso aos documentos públicos dos órgãos Executivo, Judiciário e Legislativo, nos níveis federal, estadual, provincial e municipal. Efetiva há dez anos, esta lei tem desempenhado um papel significativo no monitoramento da produção e divulgação de dados oficiais no Brasil e na garantia da transparência governamental e da implementação de políticas públicas, por exemplo, no setor da Educação. Portanto, ela também poderia desempenhar um papel fundamental na compreensão do cenário da liberdade acadêmica no país.

2.1. Ataques à liberdade acadêmica ontem e hoje: continuidades e rupturas

Embora o aumento das hostilidades contra a comunidade acadêmica, incluindo pesquisadores/as e professoras/es, evidenciam um processo de deterioração da liberdade acadêmica no cotidiano das universidades e instituições de pesquisa brasileiras, restrições e ataques contra acadêmicas/os críticos não são totalmente novos no país. O relatório coletivo do Global Public Policy Institute sobre a liberdade acadêmica no Brasil (2020, p. 5) identifica quatro períodos da história brasileira recente que são responsáveis por contextos sociopolíticos bem marcados e diferenciados que proporcionam condições mais propícias para apoiar e fortalecer a liberdade acadêmica ou para restringi-la: o primeiro e mais perigoso período de liberdade acadêmica refere-se à ditadura militar de 21 anos (1964-1985). Este período foi marcado pela censura e repressão contra os cientistas críticos/as e os movimentos estudantis de forma sistemática. Um segundo período abrange desde a redemocratização até o impeachment de Dilma Rousseff (1988-2016), no qual houve avanços relevantes na implementação de ações e políticas afirmativas, tais como cotas e programas de apoio financeiro para permitir o acesso de grupos historicamente marginalizados no Brasil ao ensino superior (Ibid, 2020, p. 6). O terceiro período refere-se ao governo interino de Michel Temer, (2016-2018) no qual a agitação anti-esquerda aumentou significativamente; e o quarto período teve início após a eleição de Jair Bolsonaro, de 2019 até o presente, quando a onda já existente de movimentos conservadores e o clima social anti-direitos e contra a ciência e a liberdade acadêmica foi intensificado por atos governamentais e uma retórica de ataque às universidades e outras instituições públicas de ensino.

Como em outros países latino-americanos, o período da ditadura militar é identificado como um dos mais violentos contra a liberdade acadêmica e o direito à segurança dos estudiosos e movimentos estudantis e sindicais críticos, especialmente nas universidades públicas (Valle, 1999). Muitas e muitos cientistas foram sistematicamente perseguidos, acusados de pertencer a "grupos subversivos", presos, demitidos de seus cargos ou forçados/as a se aposentar. Segundo a Comissão Nacional da Verdade Brasileira, pelo menos 72 professores e professoras universitários e 61 pesquisadoras/es científicos/as foram forçados/as a se aposentar ou

⁴ Mais informações sobre os 10 anos da Lei de Acesso à Informação do Brasil estão disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/lei-de-acesso-a-informacao-faz-10-anos-cria-raizes-e-tem-arcabouco-sob-ataque.shtml>. Último acesso em 17/10/2022.

demitidos/as (CNV, 2017, p. 169). Muitas pesquisadoras/es e estudantes também foram vítimas de violência extrema, como tortura, detenção e execução arbitrária, ou desaparecimentos forçados, bem como empurradas/as ao exílio (GPPI, 2020, p. 7; CNV, 2017, pgs. 56, 84 e 365).⁵

Enquanto o Brasil é atualmente governado por líderes democraticamente eleitos sob uma constituição que prevê instituições e garantias democráticas, o aumento de incidentes e ataques à liberdade acadêmica nos últimos anos do governo de Jair Bolsonaro repetem em alguns elementos as ideias e práticas autoritárias do período da ditadura militar (GPPI, 2020, 7). Como mostrado abaixo, a atual deslegitimação dos professores e do trabalho acadêmico se traduziu em uma hostilidade geral em relação à ciência e ao ensino superior.

Desde o governo de Michel Temer, as condições sociopolíticas para a liberdade acadêmica se tornaram muito complexas e desafiadoras e se deterioraram ainda mais sob a administração Bolsonaro. Junto com seus elogios ao regime ditatorial de 1964-1985 (Phillips, 2019), o governo Bolsonaro minou muitas vezes a relevância da liberdade de expressão e atacou o papel da mídia e da academia – às vezes por meios institucionais, mas principalmente pela amplificação do discurso depreciativo (GPPI, 2020; SAR, 2020, 2021). Pouco depois das eleições presidenciais de outubro de 2018, a polícia realizou batidas nos campi brasileiros, questionando o corpo docente e confiscando ou ordenando a remoção de materiais “políticos” afixados no campus. Pesquisadoras/es, professoras/es e estudantes – especialmente aqueles e aquelas de comunidades marginalizadas – foram ameaçadas/os e assediadas/os, enquanto outros enfrentaram ataques mais diretos violentos.

As eleições presidenciais de 2018 foram um ponto de inflexão drástico para a liberdade acadêmica e para a comunidade de ensino superior do país. Desde que tomou posse, Bolsonaro e sua administração procuraram exercer controle sobre o ensino superior e as instituições de pesquisa, através de cortes no orçamento⁶, bem como de decretos de emergência destinados a dar a si mesmo e a seu ministro da educação maior poder no processo de nomeação do reitor e

⁵ Embora o relatório final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil, publicado em 2014, dê conta das violações dos direitos humanos contra professores e estudantes, ele as examina de forma geral, como mais um grupo alvo entre muitos, sem dar atenção especial às múltiplas dinâmicas regionais e aos impactos sobre a liberdade acadêmica. Assim, nos últimos anos, várias universidades criaram suas próprias comissões da verdade para investigar violações dos direitos humanos no passado em suas próprias instituições. Elas têm documentado e denunciado abusos. Por exemplo, no caso da Universidade de São Paulo (USP), o relatório final da comissão da verdade enfatiza que a maioria dos casos de perseguição e violações de direitos contra seus funcionários e estudantes foram baseados em razões ideológicas durante a ditadura (Comissão da Verdade da USP, 2018 vol. 1, p.7). As práticas relatadas incluem a negação de cargos para certos professores e bloqueios de inscrições específicas de alunos. A classificação ideológica (ou triagem) de estudantes, professores e outro pessoal universitário foi implementada com o apoio de agências como a Assessoria Especial para Segurança e Informação (AESI). O relatório da Comissão da Verdade da USP aponta que a AESI produziu numerosos relatórios que foram divulgados para as Forças Armadas, as Forças Nacionais, o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), o Departamento de Estado da Ordem Política e Social (DEOPS) e a polícia. Em muitos casos, a vigilância resultou em morte, desaparecimento, privação de trabalho, proibição de matrícula e interrupção de pesquisas acadêmicas na instituição (Comissão da Verdade da USP, 2018, p. 8).

⁶ Alguns artigos de imprensa documentaram os cortes no orçamento e as respostas a eles no país. Os cortes afetaram não só as universidades, mas também outros níveis de instituições públicas de educação. Ver <https://www.theguardian.com/world/2019/may/31/students-protest-across-brazil-over-jair-bolsonaros-de-varredura-educacao>. Último acesso em 20/08/2022.

alterar o próprio sistema de eleições para reitor (SAR, 2021, p. 18) das universidades federais.⁷ Ao mesmo tempo, estudiosos e estudantes têm sofrido diferentes tipos de ameaças e formas de assédio como resultado de seu trabalho, posicionamentos e identidades. Alguns dos padrões recorrentes de intimidação de acadêmicas e acadêmicos críticos envolvem o uso do sistema legal e ações que exercem pressão sobre os atores universitários e, em vários casos, os criminalizam. A maioria dessas pessoas têm resistido a estes ataques através de publicações, de trabalho em rede e outras formas de defesa de seus direitos (GPPI, 2021, p. 4). No entanto, muitos casos dependem em grande parte das decisões judiciais e da mobilização social.

A atitude oficial de desprezo e restrição à pesquisa tornou-se evidente no contexto da pandemia em 2020 e 2021, pois o próprio Bolsonaro era conhecido por sua posição negacionista em relação à severidade da Covid-19 [chamada por ele de "gripezinha"] e sua rejeição às vacinas. O ex-presidente também desencorajou a população de tomar a vacina, dizendo: "Se você se transforma em crocodilo, o problema é seu" (AFP, 2020). Neste contexto, pesquisadores que trabalham com os efeitos da Covid-19 ou no desenvolvimento de vacinas para combatê-la eram alvos constantes de ataques e difamação pelo presidente e através de vários meios, como discursos públicos e redes sociais.

O desdobramento e o uso de acusações tem sido utilizado como uma estratégia retórica das autoridades governamentais para deslegitimar e estigmatizar o trabalho dos/as pesquisadoras/es. Essa estratégia foi identificada especialmente em situações de questionamento, direto ou indireto, sã políticas e posições oficiais do presidente. Estes ataques abrangem pesquisas relacionadas à Covid, assim como outros tópicos, tais como questões ambientais que contradizem o governo. Por exemplo, Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, foi demitido de seu cargo após apresentar e comentar dados sobre o desmatamento. Outro caso de destaque é o de Larissa Mies Bombardi, geógrafa e professora da Universidade de São Paulo, que foi ameaçada e perseguida devido às suas pesquisas sobre o efeito dos agrotóxicos na produção e consumo de alimentos. Em 2021, Bombardi decidiu deixar o país e continuar suas pesquisas no exterior. Em entrevista a um veículo de comunicação alemão, ela declarou que "acadêmicas/os estão enfrentando ameaças como na ditadura".⁸ Assim, o auto-exílio de pesquisadoras/es e professoras/es universitários se tornou uma das principais consequências do contexto hostil acima mencionado para as universidades, bem como as consequências de seu exílio, seja ele imposto ou auto-imposto. De acordo com os dados da organização Scholars at Risk, foram recebidos, desde a fundação da rede no ano de 1999, 52 pedidos de apoio de brasileiras e brasileiros. Desses pedidos, 48 foram recebidos após o início da última campanha presidencial, e principalmente após a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Um dos casos mais conhecidos foi o da professora de Antropologia Débora Diniz, cujo trabalho se concentra na saúde reprodutiva e no direito ao aborto. Diniz teve que deixar o país em 2018 após receber ameaças de violência e intenso assédio on-line.

⁷ Tais decretos incluem uma Medida Provisória (MP) emitida em meio à crise pandêmica do covid-19, que conferiu ao Ministro da Educação a autoridade de nomear reitores e vice-reitores *pro tempore* nas universidades federais, sem qualquer tipo de consulta com as instituições.

⁸ A entrevista foi publicada pelo serviço noticioso público alemão Deutsche Welle e está disponível em <https://www.dw.com/pt-br/pesquisadores-vivem-amea%C3%A7as-como-na-ditadura/a-58613148>. Último acesso em 08.10.2022.

No entanto, estima-se que os números dos exilados são muito mais altos. De fato, algumas das pessoas entrevistadas para esta pesquisa estavam no exterior, pois tiveram que deixar o país devido a hostilidades enfrentadas contra os trabalhos que desenvolvem, uma situação descrita por algumas/uns como "auto-exílio", embora não tenham um status oficial de refugiadas/os no país de chegada. Por sua vez, embora alguns em situações extremas de assédio tenham deixado o país, isto não é possível para todos. Muitos pesquisadores que gostariam de se afastar de seu contexto (mesmo dentro do próprio Brasil) não podem fazê-lo, pois não dispõem dos recursos financeiros, logísticos ou sociais necessários e, como mostrado na seção 4, não têm apoio das instituições nas quais trabalham para ajudá-los a se deslocarem para outras universidades - em qualquer lugar do Brasil ou do exterior - até que a situação hostil se torne mais favorável. Além disso, é importante destacar que o exílio também não é uma opção para muitos estudiosos por outros motivos, como o acesso a línguas estrangeiras e a conexão com os territórios onde vivem, entre outros.

3. Liberdade acadêmica, marcos legais e obrigações institucionais

Paradoxalmente, o conceito de liberdade acadêmica não é tão comum no contexto latino-americano. Portanto, as implicações das restrições a esse direito também são frequentemente ignoradas.⁹ O conceito foi oficialmente definido/cunhado na Declaração da UNESCO sobre Liberdade Acadêmica de 1997 como "o direito [dos estudiosos e professores], sem constrangimento por doutrina prescrita, à liberdade, ao ensino e à discussão, à liberdade de realizar pesquisas e divulgar e publicar seus resultados, à liberdade de expressar livremente sua opinião sobre a instituição ou sistema em que trabalham, à liberdade da censura institucional e à liberdade de participar de órgãos acadêmicos profissionais ou representativos" (Declaração da UNESCO de 1997, Art. 27). Assim, a liberdade acadêmica refere-se ao direito das universidades e dos pesquisadores de, individualmente, de conduzir pesquisas, ensinar, divulgar os resultados de seus trabalhos, e participar de debates públicos e expressar suas opiniões, mesmo sobre assuntos que possam ser politicamente sensíveis, sem serem alvo de repressão. A liberdade acadêmica permite aos acadêmicos não apenas produzir novos conhecimentos e basear os currículos universitários e seu ensino nas descobertas científicas mais atualizadas, mas também participar de debates públicos, melhorando assim a competência democrática das sociedades em geral.

A liberdade acadêmica é protegida pela legislação nacional e pela legislação internacional de direitos humanos. O exercício desse direito está intimamente ligado ao exercício dos direitos civis como cidadãos, "incluindo o direito [de acadêmicas/os e professoras/os] de contribuir para a mudança social através da livre expressão de sua opinião sobre as políticas estatais e das políticas que afetam o ensino superior". Eles não devem sofrer nenhuma penalidade simplesmente por causa do exercício de tais direitos" (Declaração da UNESCO de 1997, Art. 26). Algumas mudanças recentes nas convenções internacionais também expandem a noção de liberdade acadêmica, como o Comentário Geral N° 25 emitido pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) da ONU em abril de 2020. O Comentário Geral N° 25 se baseia no Artigo 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

⁹ Nesse sentido, no processo de finalização e discussão desse documento com pesquisadoras brasileiras, identificamos que, embora o termo de liberdade acadêmica não seja amplamente utilizado, há um debate significativo mais conectado à noção de educação democrática no país, embora também ainda incipiente no debate público.

(PIDESC), que cobre vários aspectos do direito à ciência, destacando o papel da liberdade como crucial para a pesquisa acadêmica (Kinzelbach *et al* 2020, 2).

A ciência também ganhou cada vez mais espaço no debate público sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão. Neste contexto, a falta de liberdade acadêmica foi enquadrada pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão como uma ferramenta antiga e "contemporânea para reprimir informações e ideias que os governos muitas vezes consideram ameaçadoras" (ONU, 2020, p. 21). Segundo o relatório, a liberdade acadêmica é descrita como uma base da vida democrática, do progresso científico, bem como do desenvolvimento humano. Além disso, a violação da liberdade acadêmica constitui um ataque contra a liberdade de opinião e expressão (ONU, 2020, p. 4).

Em dezembro de 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – juntamente com seu Relator Especial para a Liberdade de Expressão e seu Relator Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – emitiu uma Declaração de Princípios Interamericanos sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária. A declaração marca um avanço em direção ao aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção e salvaguarda da liberdade acadêmica nas Américas. Em sua declaração, a CIDH expressou sua preocupação com as alegações feitas em vários países das Américas a respeito da repressão contra grupos estudantis e sindicatos estudantis; o assédio, ataques e cortes no orçamento que afetam as instituições acadêmicas; e outras formas de retaliação contra membros de comunidades acadêmicas com base em medidas arbitrárias ou discriminatórias. Neste contexto, um dos pontos mais importantes destacados pela Declaração é o dever do Estado de prevenir e investigar estes atos, punir os infratores e assegurar medidas adequadas de proteção e reparação às vítimas (por exemplo, os princípios 5, 6, 9, 16). Por sua vez, a declaração destaca que a responsabilidade pelo desenvolvimento de medidas de prevenção e proteção não é apenas dos Estados, mas também das universidades e instituições acadêmicas, a fim de garantir o exercício da liberdade acadêmica. Entretanto, como mostrado abaixo, este não é o caso até agora no Brasil.

O Brasil está vinculado não apenas por instrumentos legais internacionais que estabelecem o dever do Estado de proteger a liberdade acadêmica e garantir um ambiente seguro e de apoio ao trabalho da comunidade de ensino superior e pesquisa, mas também pela legislação nacional. A Constituição brasileira contém proteções expressas para a liberdade acadêmica, observando que O ensino será ministrado com base... na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Artigo 206.2) e na autonomia institucional (Artigos 206 e 207). Similarmente, a Lei nº 9396 de 1996, conhecida também como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, proclama que a educação no país será baseada “na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (Artigo 3.2). Além disso, o Brasil é parte do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que prevê o direito à liberdade de opinião e expressão (Artigo 19), e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR), que prevê o direito à educação (Artigo 13) e exorta os partidos estatais a “respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora” (Artigo 15(3)).

Além disso, o direito de acesso à informação deve garantir que as/os cidadãs/os brasileiras/os possam acompanhar a implementação das políticas públicas relacionadas com os direitos acima descritos. A transparência das informações dos órgãos governamentais teria então um papel fundamental no desenvolvimento de mecanismos para garantir a liberdade acadêmica. A Lei nº 12527 acima mencionada, conhecida como “Lei do Direito à Informação”, entrou em vigor em 2011 e exige que as instituições públicas respondam aos pedidos de informação no prazo de 20 dias, com uma extensão máxima de até 10 dias. Esta lei é um dos principais mecanismos no país que implementa o direito de acesso à informação, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. De fato, de acordo com a Declaração Universal, o acesso à informação é considerado parte integrante do direito à liberdade de expressão, conforme reconhecido pelo Artigo 19, definido como a liberdade “de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.¹⁰ Desde 2018, entretanto, como descrito acima, várias ações governamentais restringiram significativamente o acesso à informação de dados que deveriam ser públicos, de acordo com a Constituição.

Em suma, apesar das obrigações existentes sob a lei de direitos humanos para proteger a liberdade acadêmica e os acadêmicos em risco, os órgãos estatais, universidades e instituições acadêmicas no Brasil não parecem estar tomando as medidas necessárias para enfrentar a situação atual de assédio generalizado e proteger pessoas em risco, conforme discutido na próxima seção.

4. O papel ambíguo das instituições acadêmicas brasileiras

O papel das instituições acadêmicas no Brasil – tanto as universidades quanto os institutos de pesquisa – é muitas vezes ambíguo e contraditório. Por um lado, as instituições acadêmicas, especialmente as públicas, são sem dúvida vítimas de vários tipos de ataques, seja através de intervenções políticas sobre sua autonomia, de cortes no orçamento ou de incursões policiais nos campi universitários. Por outro lado, na maioria dos casos em que membros de sua comunidade educacional, ou seja, professores, pesquisadores e estudantes, estão sujeitos a perseguições ou agressões, as respostas institucionais tendem a ser “mornas”, nulas e podem até mesmo resultar na revitimização dos atingidos. Enquanto eles são obrigados a emitir medidas pró-ativas para apoiar as pessoas vítimas de violações à, as instituições acadêmicas só o fazem com relutância e de forma vaga, quando há algum tipo de ação. Como explicado abaixo, esta falta de uma resposta institucional (apropriada), que combina ação muito limitada em alguns casos e uma total falta de ação em outros, por parte das instituições acadêmicas resulta em três tipos de conseqüências para a comunidade científica e educacional no Brasil: 1) a revitimização daquelas/es que têm sido alvo de assédio ou agressões, 2) a improvisação como uma prática institucional devido à falta de protocolos e medidas adequadas de prevenção, apoio e proteção, e 3) a individualização de sua própria segurança/segurança.

4.1. A revitimização e a exposição desigual das pessoas em risco

Os diversos ataques a pesquisadoras/es, professoras/es e estudantes no Brasil, são agravados na maioria dos casos pela falta de uma ação adequada por parte das instituições acadêmicas às quais pertencem, bem como pela falta de protocolos a serem seguidos. A maioria das/os

¹⁰ Para mais informações, consulte <https://www.unesco.org/en/communication-information/right-information/access-information-laws>. Último acesso em 01/10/2022

entrevistados expressou seu grande desapontamento com o tratamento e as reações de suas instituições e das autoridades pelos ataques sofridos. Quando questionadas/os sobre como definiram essas reações, as/os entrevistadas/os mencionaram indiferença ou nenhuma reação, apoio simbólico mínimo com alguma comunicação interna na universidade ou de natureza pública, responsabilidade e/ou questionamento da pessoa que sofreu as hostilidades (em alguns casos, até foram abertos procedimentos administrativos para investigar a vítima e o conteúdo de suas aulas e/ou pesquisas), e a concessão de licenças temporárias, que, em muitos casos, não foram solicitadas. As/os entrevistadas/os relataram casos isolados de apoio de departamentos das instituições educacionais, mas mesmo nesses casos, tal apoio não incluía as autoridades. Isto leva a uma situação em que o resultado desejado é invertido, no sentido de que o assédio aumenta de indivíduos para grupos inteiros de pesquisa, incluindo pesquisadores em situações mais vulneráveis. Isto ocorreu nos casos em que os coordenadores e coordenadoras de pesquisa foram alvo e começaram a buscar ajuda de níveis mais altos de representação dentro das universidades. Mesmo que lhes fosse dado apoio para esses casos específicos, as hostilidades em geral continuaram visando outras/os pesquisadores, incluindo pesquisadoras/es juniores e até mesmo estudantes de pós-graduação que estão em posições menos protegidas nas hierarquias acadêmicas. Somado a isso, alguns testemunhos apontam que as pessoas provenientes de grupos marginalizados são mais atacadas dentro de grupos de pesquisa, o que novamente destaca a presença de diferentes camadas de opressão operando de forma interseccional.

Na maioria dos casos, uma comunicação de apoio é todo o apoio que foi fornecido, que é um apoio simbólico sem nenhuma medida concreta subsequente. Sem a intenção de diminuir o valor de tais reações de apoio, tais como pronunciamentos públicos rejeitando as ameaças e agressões, que são indiscutivelmente necessárias, elas devem ser consideradas como o padrão mínimo a ser adotado. Entretanto, elas não são suficientes. Na maioria dos casos, o apoio institucional exclui outros tipos de assistência/ajuda, sejam eles legais, financeiros ou psicológicos. Estas reações (ou inações) por parte das instituições acadêmicas só contribuem para agravar os impactos das agressões sofridas e vulnerabilizar ainda mais aqueles que as sofreram.

Quando as instituições negligenciam os ataques a pesquisadoras/es, estudantes e à liberdade acadêmica em geral, isto não só envia uma mensagem negativa à comunidade acadêmica e científica de que eles estão desprotegidos e “por conta própria”, mas também implica que as vítimas de ataques se tornam vítimas pela segunda vez: a primeira vez como vítimas da agressão ou assédio, a segunda vez como vítimas do sistema institucional que é incapaz de agir. Isto é particularmente difícil para as essas pessoas uma das principais razões pelas quais muitas/os delas/es permanecem em silêncio por anos. Nos casos em que a instituição acadêmica abriu procedimentos internos para investigar as causas dos ataques, investigando o trabalho da vítima, eles acabaram gerando condições propícias à estigmatização da vítima. O esforço das vítimas para superar seu medo de denunciar este tipo de incidentes em suas instituições ou mesmo em tribunais não é recompensado. Em outras palavras, a falta de respostas institucionais adequadas pode levar a uma *traumatização secundária* das vítimas. Sabine Rupp (2003), que analisa os danos causados pelas ações das instituições em suas respostas aos vários casos de violência, define *traumatização secundária* como danos que ocorreram, não nas mãos do perpetrador imediato da violência, mas indiretamente através do comportamento ou ações dos grupos ocupacionais envolvidos, pessoas em contato com as vítimas, ou instituições e agências estatais – no nosso caso, a instituição acadêmica ou universidade.

4.2. *Improvisação como prática institucional: a falta de normas/protocolos de prevenção e proteção*

Junto com as reações de indiferença a situações de assédio, a maioria das/os entrevistadas/os enfatizou que mesmo nos casos em que a instituição mostrou certa vontade de apoiá-las/os, ela se caracterizou por uma improvisação total. Embora, como descrito anteriormente (ver seção II), os ataques à liberdade acadêmica e aos estudiosos no Brasil tenham aumentado nos últimos anos, as universidades reagem a cada caso como se fosse “a primeira vez”. Entre pesquisadoras/es entrevistadas/os em situação de risco, aquelas/es que sofreram ameaças e perseguições judiciais relataram que suas instituições não sabiam o que fazer e que até perguntaram aos afetados o que fazer. Embora seja crucial considerar e incluir as perspectivas das pessoas em risco na avaliação das medidas de apoio, as instituições não devem transferir sua responsabilidade de fornecer uma série de possíveis opções/ações às vítimas, que em muitos casos não têm necessariamente a experiência ou o conhecimento sobre possíveis recursos e estão em uma situação de estresse emocional devido aos ataques.

As razões para a falta de protocolos são múltiplas e inter-relacionadas. A primeira delas é a invisibilidade, minimização ou normalização da gravidade da situação de vulnerabilidade vivida por aqueles que foram vítimas de assédio e intimidação. Enquanto atitudes de negação não reconhecem nenhuma situação de restrição ou risco para acadêmicos/as, atitudes de minimização e normalização tendem a reconhecer sua existência enquanto subestimam sua seriedade. Durante as entrevistas, surgiram algumas justificativas e conflitos sobre o reconhecimento do problema, com expressões como: “é um problema menor”, “não tão grave quanto o sofrido pelos ativistas que estão na linha de frente”, “é normal ser atacado se se trabalha em certos assuntos”, “é normal se acadêmicos/as se expõem e criticam publicamente o governo”, etc. Essas expressões foram repetidamente parte do *feedback* que algumas/uns das/os entrevistadas/os receberam, enquanto trocavam suas experiências com colegas ou buscavam apoio. Esta minimização ou normalização da agressão e assédio é normalmente um fenômeno comum em contextos nos quais a violência é vivenciada como uma realidade diária.

Como mencionado anteriormente, o Brasil está entre os países com as maiores taxas de ataques aos defensores e ativistas dos direitos humanos e, como muitos países da região, sofreu violência crônica e estrutural durante anos (Pearce, 2006; Galtung, 1969), incluindo altos números de homicídios, sequestros, roubos, ameaças, discriminação, corrupção e altos índices de desigualdade e exclusão social. Assim, a violência faz parte da vida diária de muitos setores da população, o que leva a normalizá-la, a aprender a viver com ela e, em muitos casos, a construir paredes reais ou emocionais de insensibilidade ao sofrimento de outros. Num contexto de superexposição à violência, a noção de "risco grave" está muitas vezes ligada a danos extremos à integridade física, tornando assim invisíveis os múltiplos impactos físicos, emocionais, mentais, profissionais e sociais na vida daqueles que se tornaram alvos de assédio judicial e on-line e de acusações públicas por parte das autoridades. A invisibilidade e normalização de práticas restritivas e intimidatórias é uma questão preocupante no caso de pessoas pertencentes à comunidade acadêmica, mas se torna ainda mais grave quando aqueles que normalizam a violência são as instituições acadêmicas e estatais, cujo dever é enfrentar o problema. A normalização dos ataques por instituições acadêmicas e autoridades geralmente resulta não apenas no não reconhecimento da gravidade do problema, mas também na falta de solidariedade e empatia com as vítimas e na não implementação de medidas de proteção e apoio.

Outro dos argumentos mais frequentes para justificar a inação e a ausência de protocolos para estes casos é a falta de orçamento, como foi particularmente destacado em entrevistas com autoridades universitárias. Embora seja verdade que o sistema educacional no Brasil tenha grandes problemas orçamentários, agravados por cortes e ameaças de mais cortes por parte do governo Bolsonaro nos últimos anos, o orçamento não é apenas uma questão financeira. A alocação de recursos econômicos (incluindo pessoal, escritórios, aspectos logísticos, recursos materiais, etc.) está vinculada à vontade política da instituição, que por sua vez deriva da relevância atribuída ao problema em questão.

4.3. A individualização da segurança

A falta de apoio institucional adequado leva não apenas à revitimização, mas também a uma sobrecarga excessiva, pois eles e elas se veem, de repente, lidando com os diferentes impactos das violações em suas vidas. Isto envolve um deslocamento da responsabilidade do Estado e das instituições acadêmicas para com as vítimas, que geralmente precisam de aconselhamento e representação jurídica, apoio psicológico e médico para si e suas famílias e assistência financeira, entre outros.

Como resultado de acusações legais ou assédio constante em redes sociais e em público, muitos dos estudiosos entrevistados declararam que tinham que pagar os custos de aconselhamento e representação jurídica, bem como apoio psicológico profissional para si mesmos e suas famílias. Em vários casos, devido ao medo de que as ameaças se intensificassem, várias/os entrevistados afirmaram que tinham que tomar várias medidas de segurança em suas casas, tais como instalar câmeras de segurança. Tudo isso resultou em uma sobrecarga emocional e financeira para a qual eles não tinham nenhum apoio institucional. De fato, alguns entrevistados comentaram que quando insistiram que suas instituições os ajudassem a lidar com essas despesas, a maioria das instituições se recusou a fazê-lo, implicando que era uma questão "pessoal" e negando que a situação de vulnerabilidade era o resultado da pesquisa ou da atividade docente da vítima. Ao se referir a esta situação, um dos entrevistados disse: "*eles me deixaram em paz*".

Neste contexto, os critérios de classe, raça, gênero e etnia também desempenham um papel fundamental e destacam camadas de desafios ao lidar com o cenário de ataques. Em uma entrevista com uma estudante indígena de uma universidade na Amazônia brasileira, ela disse: "*para nós, as dificuldades se somam. Não só não há proteção no caso de ataques, mas as bolsas de estudo para os povos indígenas e negros sofreram cortes financeiros diferentes nos últimos anos. Em outras palavras, nossa permanência na universidade brasileira tem sofrido vários ataques*".

As omissões/ações institucionais não se limitam apenas ao aspecto financeiro, mas também abrangem muito mais um tipo de ajuda empática, logística e operacional. Por exemplo, se não puder conceder apoio por si mesma, a instituição poderia fornecer algum acompanhamento, dando informações e contatos em organizações nacionais ou internacionais ou contatando pessoas que possam fornecer essas informações. Na maioria dos casos em que os entrevistados receberam algum apoio, este veio de sindicatos universitários, que em alguns casos prestaram assessoria jurídica gratuita.

A maioria dos pesquisadores, entretanto, relata um isolamento ao tentar descobrir como lidar com formas de assédio on-line e off-line e ao procurar por medidas de proteção. "*Eu sofri muitos ataques virtuais e tive que lidar com eles sozinha, fechando minhas contas nas redes sociais e limitando minhas publicações sobre os resultados de minhas pesquisas*", disse uma professora e pesquisadora entrevistada. Pesquisadoras e pessoas LGBTQI+ relatam formas específicas de ataques que são mais pessoais e se relacionam diretamente com o gênero e a orientação sexual. "Alguns ataques estão sobre meu corpo, ameaçando-me, por exemplo, de violência sexual", disse outra pesquisadora. Ambas apontam que estas situações não ocorrem com seus colegas homens cisgêneros em circunstâncias similares.

Como mencionado acima, alguns estudiosos foram forçados a deixar o país para evitar o assédio e, nesses casos, o financiamento e as redes profissionais desempenham um papel essencial. Entretanto, as universidades brasileiras também não parecem estar preparadas para estes casos. Não há programas de cooperação inter-universitária entre universidades brasileiras ou latino-americanas (ou com outras regiões) para permitir que aqueles que sofreram ameaças se mudem por um certo período para outras instituições acadêmicas, para que possam continuar com seu trabalho acadêmico e ter apoio financeiro e logístico. É fundamental que a instituição de origem apoie professoras/es, pesquisadoras/es e outras pessoas da comunidade universitária ameaçadas na busca de opções de saída que lhes permitam continuar com sua vida pessoal e profissional em condições de segurança e que, ao mesmo tempo, considerem sua situação específica e o impacto do estresse sofrido. No entanto, as universidades brasileiras têm sido incapazes de fornecer tal apoio. Várias pessoas entrevistadas afirmaram que tiveram que buscar opções por conta própria, utilizando seus contatos pessoais em outros países ou construindo novos contatos, o que em muitos casos foi extremamente difícil. Mesmo quando o pessoas em risco conseguem alguma bolsa de estudos ou ajuda financeira para ser recebido por uma instituição no exterior, o primeiro apoio no país anfitrião é precário e geralmente por um curto período de tempo, variando de 3 meses a 2 anos na melhor das hipóteses, sem muitas mais possibilidades de sustento - especialmente devido à forma como muitos destes sistemas universitários no norte global trabalham, com uma série de contratos temporários. Por sua vez, o fato dos pesquisadores universitários terem passado alguns anos no exterior não significa que a situação de segurança no país de origem tenha melhorado, de modo que a pessoa não pode retornar quando o programa de apoio terminar. Como resultado de tais dificuldades, muitos estudiosos no exílio não puderam continuar com seu trabalho acadêmico ou estão agora desempregados. Isto sem dúvida agrava situações de vulnerabilidade e estresse.

Mais uma vez, a ausência de intervenção institucional leva à intensificação das diferenças já existentes de classe, gênero, etnia e outras discriminações interseccionais no impacto da violência e das estratégias que cada pessoas pode implementar para enfrentá-las. Nestes casos, é perceptível que pesquisadoras/es de renomadas universidades - especialmente as localizadas no Sul e Sudeste do país - com conhecimento de línguas estrangeiras e mais diplomas universitários e contatos internacionais têm muito mais capital social para enfrentar medidas de proteção e cuidado do que aqueles que trabalham em universidades ou instituições em outras regiões, como o Norte, por exemplo, na região amazônica. Como resultado, os pesquisadores universitários que trabalham em questões mais locais e pertencem a grupos historicamente marginalizados no Brasil têm menos possibilidades de apoio. Este fator também põe em questão a perspectiva a partir da qual os pensada aér proteção. Os entrevistados identificam o que alguns têm chamado de caráter "elitista" em algumas medidas de proteção, pois não consideram

os diferentes contextos e meios de subsistência. Em outra entrevista com um professor de uma universidade da região amazônica, o conceito de proteção foi descrito como o resultado de um *"ponto de vista aparentemente neutro, que carrega a perspectiva de homens brancos de áreas urbanas"*.

Neste sentido, muitos entrevistados e entrevistadas que vivem em ambientes rurais apontaram para a falta de opções de apoio para que continuem a trabalhar e viver em seus territórios ou na mesma região, em vez de serem realocados. *"Minha vida está ligada ao território onde vivo, precisamos de um tipo de apoio que entenda isso"*, disse uma entrevistada, estudante de pós-graduação Indígena.

Finalmente, é crucial salientar que as restrições e ataques à pesquisa e ao ensino superior prejudicam não apenas os indivíduos diretamente visados ou as instituições onde ensinam, pesquisam e estudam, mas também sociedades inteiras. Elas diminuem o espaço de todos para pensar, questionar e compartilhar ideias livremente e com segurança, prejudicando o discurso público e prejudicando o desenvolvimento social, político, cultural e econômico. O Estado tem um papel fundamental na salvaguarda dos valores e práticas da liberdade acadêmica em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, existem documentos e relatórios valiosos de várias organizações com recomendações para os Estados protegerem a liberdade acadêmica no Brasil (ver, por exemplo, SAR, 2021, GPPI, 2020). Entretanto, são necessárias recomendações mais específicas para as instituições de pesquisa e ensino superior para ajudá-las a criar uma estrutura institucional pró-ativa que possa garantir a liberdade acadêmica. Para preencher esta lacuna e com base nos dados coletados nesta pesquisa no Brasil, as seguintes medidas são recomendadas para fortalecer um ambiente acadêmico livre de violência e cheio de respeito pela diversidade e valores democráticos, assim como a criação de conhecimento. A implementação efetiva das recomendações descritas abaixo apoiaria e reforçaria a defesa da liberdade acadêmica a nível local e criaria condições adequadas para sua proteção e promoção dentro e fora da comunidade de pesquisa e educação superior.

5. Recomendações

A) Para instituições de ensino superior, universidades e centros de pesquisa

5.1. Para a prevenção de ataques e a promoção de uma cultura de liberdade acadêmica

1) Espaço aberto para debate e pesquisa que proporcione um entendimento da liberdade acadêmica como um direito humano por um olhar latino-americano, considerando as diferentes e diversas realidades que os estudiosos enfrentam em uma região marcada por altos níveis de desigualdades socioeconômicas. A inclusão de análises anticoloniais e decoloniais, por exemplo, e abordagens da educação democrática a partir das lentes da diversidade da região é crucial para a proteção e garantia de uma liberdade acadêmica mais democrática em contextos latino-americanos diversos e desiguais.

2) Contribuir para a criação e disseminação de uma cultura de liberdade acadêmica entre professores, estudantes e funcionários da instituição através de *workshops*, treinamentos e publicações.

- 3) As instituições acadêmicas devem ter espaços específicos para documentar os ataques a pesquisadores, professores e estudantes. Isto é fundamental, pois permite compilar estatísticas e determinar a sistemática e as modalidades dos ataques, realizando um diagnóstico e preparando estratégias de apoio apropriadas.
- 3) Criar um escritório ou cargo na universidade especializado no assunto de prevenção e proteção de acadêmicas/os em situação de risco para oferecer aconselhamento e apoio. Este cargo/departamento também pode ser responsável pela realização de avaliações de risco, caso seja necessário um acadêmico individual ou um grupo de pesquisa.
- 4) Desenvolver abordagens interseccionais em todas as atividades relacionadas à disseminação da liberdade acadêmica, tais como protocolos de proteção, atividades de ensino e conscientização relacionadas ao tema, treinamentos e publicações.
- 5) As universidades devem ter uma mentalidade de prevenção na concepção e implementação de medidas de proteção (em oposição a reagir a casos específicos de ataques como se fossem casos isolados). Uma abordagem preventiva envolve o desenvolvimento de protocolos que devem ser ativados em casos de agressão e adaptados a cada caso particular. Isto inclui o reconhecimento e a implementação de "lições aprendidas" de estratégias que foram eficazes em casos anteriores, sejam elas adotadas pela mesma instituição ou por outras instituições. Deve haver também um compromisso de revisitar os protocolos à luz de novas circunstâncias ou evidências, e um compromisso com a transparência quando as políticas estão sendo reconsideradas/debatidas.
- 6) Criar espaços de intercâmbio, diálogo e cooperação com organizações da sociedade civil que tenham ampla experiência na prevenção e tratamento da violência.
- 7) Fortalecer as articulações entre universidades, tanto nacionais como internacionais, e outras instituições acadêmicas para lidar com o problema.
- 8) As universidades devem oferecer treinamento a toda sua comunidade interna (técnicos-administrativos, pesquisadores, professores e estudantes) sobre liberdade acadêmica e estratégias de proteção e segurança em caso de reclamações.
- 9) As universidades devem assumir um papel ativo na conscientização do problema através da organização de eventos públicos como painéis, mesas redondas e conferências, assim como a preparação de relatórios e material escrito para divulgação.
- 10) Monitorar os dados coletados pelos governos e pressionar para garantir o acesso à informação contida na Lei nº 12527 sobre acesso à informação. Isto pode incluir a garantia de acesso a relatórios enviados pelas universidades, dados nacionais sobre casos registrados de violações, políticas públicas, orçamento e assim por diante.
- 11) Apoiar estudos que visem a ampliar e discutir questões relacionadas à liberdade acadêmica, assim como suas conexões com outros tópicos sobre liberdade de expressão.
- 12) Mapear e encontrar alternativas para prevenir ataques tanto online como offline e desenvolver ou melhorar as configurações de privacidade de dados que devem proteger informações sensíveis, em colaboração, por exemplo, com departamentos dentro das universidades que são especializados no assunto.

13) Gerar dados desagregados de perspectivas interseccionais, em vez de apenas dados gerais, que podem ajudar a identificar os grupos mais afetados e as diferentes formas de ataques.

14) Apoiar a igualdade de acesso às universidades, independentemente da classe, gênero, orientação sexual, etnia, inclusive através do mapeamento dos obstáculos à permanência dos estudantes e suas interseções com a falta de liberdade acadêmica.

15) Reafirmar a importância da liberdade de pesquisa, ensino e aprendizagem como parte integrante de uma sociedade democrática em declarações, projetos transdisciplinares e outros.

16) Apoiar estudos/análises para identificar os principais perfis de pessoas que são alvo de ataques contra a liberdade acadêmica

B) Recomendações para a proteção da liberdade acadêmica

1) Criar e/ou alocar um orçamento anual ou um fundo de emergência para fornecer ajuda concreta a acadêmicos ameaçados. Como mencionado acima, devido às características dos ataques, eles geralmente devem cobrir os custos de suas estratégias de proteção (incluindo a saída forçada do país, bem como as possibilidades de permanência para aqueles cuja subsistência está mais ligada aos territórios onde vivem, por exemplo, estudiosos e pesquisadores indígenas de outros dos muitos povos e comunidades tradicionais que existem no Brasil) e sofrem perdas econômicas.

2) Fornecer apoio público aos pesquisadores em risco através de declarações públicas feitas por autoridades e comunicados de imprensa.

3) Oferecer assessoria jurídica e representação a pesquisadores e professores assediados.

4) Oferecer apoio psicológico a acadêmicos ameaçados ou pelo menos fornecer conselhos sobre onde este apoio pode ser encontrado. A ajuda psicológica também deve ser discutida juntamente com os departamentos de saúde mental dentro da instituição acadêmica onde tais departamentos existem.

5) As medidas de apoio e proteção devem ter uma perspectiva de gênero e interseccional, considerando as consequências diferenciais da violência. As medidas de proteção e apoio devem incluir uma perspectiva de gênero e interseccionalidade, pois os efeitos da violência são diferentes de acordo com o gênero e outros fatores, tais como idade, etnia, orientação sexual, raça, situação familiar, situação social, estágio de desenvolvimento acadêmico/carreira (por exemplo, com ou sem doutorado), etc. As estratégias de apoio e proteção devem considerar estas variáveis em cada caso.

6) As instituições acadêmicas devem construir um banco de dados de organizações de apoio, programas e bolsas de estudo, assim como de apoio financeiro específico para pesquisadoras/es universitárias/os em risco. Este banco de dados deve ser acessível e divulgado pela universidade a todos os seus membros.

7) Construir programas de cooperação inter-universitária entre Universidades da América Latina: As universidades devem promover programas específicos de cooperação com outras universidades em seu próprio país, na região da América Latina e em outros lugares para permitir que estudiosos ameaçados que precisam deixar o país sejam hospedados e apoiados por outras universidades e continuem seu trabalho acadêmico. É fundamental que a instituição de origem apoie os acadêmicos na busca de opções de saída que lhes permitam continuar com

sua vida pessoal e profissional em condições de segurança e que, ao mesmo tempo, considerem sua situação específica e o impacto do estresse enfrentado por eles. A autorização de categorias como a "pesquisa de pós-doutorado" - normalmente utilizada para deixar o país - não cobre todas as necessidades específicas de uma pessoa que tenha sofrido assédio e ataques. Portanto, outro dispositivo legal precisa ser criado para que pessoas ameaçadas tenham acesso a programas que lhes permitam trabalhar no novo país/região e lhes forneçam recursos psicológicos, logísticos e outros recursos, assim como apoio acadêmico na universidade anfitriã.

8) Estabelecer medidas de proteção cibernética para evitar invasões em aulas on-line e ataques a redes sociais, bem como estabelecer um protocolo para documentar esses casos.

9) Envolver-se e incentivar o diálogo regular com outras comunidades universitárias e organizações da sociedade civil cuja missão é proteger as comunidades de ensino superior e promover a liberdade acadêmica.

10) Espaços abertos para discutir e contextualizar a liberdade acadêmica a partir de uma perspectiva local, assim como formatos narrativos de comunicação sobre o tema para pessoas de todos os níveis das instituições de ensino.

11) Envolver-se com a comunidade local fora da comunidade acadêmica, com o objetivo de aumentar a consciência sobre a importância do papel das universidades e sua independência.

12) Revisar a história do país e documentar instâncias de ataques à liberdade acadêmica, como forma de construir a memória, com base em casos como o da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (USP).

C) Recomendações para o Governo Brasileiro

1) O governo brasileiro deve adotar e implementar efetivamente os Princípios Interamericanos sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária em todo o país.

2) Atribuir fundos para as universidades para implementar as etapas acima descritas.

3) Criar mecanismos para a documentação de violações da liberdade acadêmica e fornecer relatórios anuais sobre a situação no país.

4) Garantir o acesso à informação, de acordo com a Lei nº. 12527 sobre Acesso à Informação, dando à população acesso a todos os dados coletados, bem como às informações sobre alocações orçamentárias do governo, políticas públicas e assim por diante.

5) Abster-se de envolvimento direto ou indireto em violações da liberdade acadêmica ou em ataques ao ensino superior de qualquer tipo, inclusive por usurpação da autonomia universitária, através de meios violentos ou coercitivos, ações legislativas ou administrativas, ou restrições de viagem.

6) Conduzir investigações eficazes e transparentes dos ataques às comunidades de ensino superior e pesquisa e fazer todos os esforços razoáveis para responsabilizar os perpetradores.

7) Tomar todas as medidas necessárias para garantir segurança adequada para todos os membros das comunidades de ensino superior e pesquisa.

- 8) Gerar dados desagregados a partir de uma perspectiva interseccional, ao invés de apenas dados gerais, que podem ajudar a identificar os grupos mais afetados e as diferentes formas de ataques.
- 9) Desenvolver políticas públicas interseccionais que protejam grupos marginalizados dentro das universidades, considerando as desigualdades de raça, gênero, classe, orientação sexual e etnia que moldam as hierarquias sociais no país e corroem a liberdade acadêmica.
- 10) Reconhecer explicitamente a importância da liberdade acadêmica em declarações públicas, políticas e ações.
- 11) Aumentar a liberdade acadêmica em diferentes níveis de diálogo político, inclusive em diálogos sobre direitos humanos e consultas com países parceiros.
- 12) Envolver-se e incentivar o diálogo regular com as comunidades universitárias e organizações da sociedade civil cuja missão é proteger as comunidades de ensino superior e promover a liberdade acadêmica.
- 13) Mapear os mecanismos existentes de apoio e proteção aos defensores dos direitos humanos para desenvolver a capacidade de identificar e prestar assistência em casos que envolvam ataques à liberdade acadêmica, inclusive através de proteção física, apoio jurídico e de vistos, julgamento e monitoramento prisional, assim como apoio psicológico em instituições de saúde pública.
- 14) Tomar medidas integrais para proteger e apoiar a permanência segura de estudantes e pesquisadores de grupos marginalizados dentro das universidades brasileiras.
- 15) Mapear o impacto das políticas de austeridade realizadas nos últimos anos, como os cortes orçamentários descritos acima, sobre a liberdade acadêmica e a democratização da educação pública.
- 16) Apoiar a criação e implementação de programas sobre a promoção da educação democrática e dos valores da liberdade acadêmica não apenas no nível universitário, mas também no nível intermediário e básico da educação.

D). Recomendações para a comunidade internacional (organizações acadêmicas e da sociedade civil)

- 1) Reforçar a cooperação com os países da América Latina, abordando as lacunas nos dados que resultam de casos subnotificados. Isto inclui a garantia de financiamento para a pesquisa latino-americana e a participação em pesquisas internacionais conjuntas.
- 2) Melhorar os programas de apoio aos acadêmicos em risco do Brasil e de toda a região da América Latina, através de bolsas de estudo concedidas aos pesquisadores universitários no exílio e aos que trabalham em seus territórios, compartilhando práticas sobre medidas de proteção.
- 3) Desenvolver programas/financiamento e pesquisa colaborativa com estudiosos que pesquisam o tema da liberdade acadêmica na região da América Latina.

- 4) As organizações internacionais que trabalham em e para a liberdade acadêmica devem adotar uma abordagem mais ampla, abrindo espaço para mais perspectivas da América Latina e outras regiões do Sul Global, através da articulação internacional, conferências e apoio a projetos de pesquisa.
- 5) Para pesquisas acadêmicas internacionais: Fazer parcerias com universidades para fortalecer a pesquisa sobre grupos políticos que atacam a liberdade acadêmica em todo o mundo e apoiar os acadêmicos e grupos de pesquisa que mapeiam suas atividades.
- 6) As redes de estudiosos devem demonstrar apoio às instituições, comunidade interna e estudantes sob ataque e levantar a questão em diferentes níveis, tais como em visitas, eventos e declarações internacionais.
- 7) Criar esforços internacionais para acompanhar informações sobre julgamentos e processos judiciais contra estudiosos sob ataque.
- 8) Apoiar a igualdade de acesso à comunidade acadêmica, independentemente de etnia, identidade de gênero, orientação sexual, classe, deficiência e outros.
- 9) Destacar que os ataques à liberdade acadêmica também podem tomar a forma de ciberataques, pois os acadêmicos de hoje cada vez mais fazem uso da internet e das redes sociais para expressar suas ideias e opiniões.

6. Referências

- Ackerly, B., & True, J. (2010). *Fazendo Pesquisa Feminista em Ciência Política e Social*. Nova York, EUA : Palgrave Macmillan, 2010. 321 p.
- Atkinson, R. & Flint J. (2003): *Acesso a populações escondidas e de difícil acesso: Snowball Research Strategies*. Universidade de Surrey.
- Biernacki, P. & Waldorf. D. (1981): "Snowball Sampling": Problemas e Técnicas de Amostragem de Referências em Cadeia". *Métodos Sociológicos e Pesquisa* 10: 141-163.
- AFP (2020): "O bolonaro brasileiro avisa que a vacina contra o vírus pode transformar as pessoas em 'crocodilos'". . 18 de dezembro. Disponível em: www.france24.com/en/live-news/20201218-brazil-s-bolsonaro-warns-virus-vaccine-can-turn-people-into-crocodiles
- Altıparmak, K., & Akdeniz, Y. (2017). *Barış İçin Akademisyenler: Olağanüstü Zamanlarda Akademiye Savunmak*. İstanbul: İletişim.
- Albrecht, S. (2017.): Encolhimento, fechamento, mudança; Um espaço em mudança para a sociedade civil. *Revista Alliance*. Disponível em: <https://www.alliancemagazine.org/blog/shrinking-closing-shifting-changing-space-civil-society/>. (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Anistia Internacional. (2017). *Turquia*. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/turkey/> (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Blell, M et al. (2022). *Uma visão unilateral do mundo": mulheres de cor nas interseções da liberdade acadêmica*. *The International Journal of Human Rights*.

- Borgh, C, & Terwindt.C. (2012): Encurtamento do espaço operacional das ONGs - uma estrutura de análise. *Desenvolvimento na prática* 22 (8): 1065–1081.
- Bourdieu, P. & Passeron, J. .C (1990): Reprodução em Educação, Sociedade e Cultura.
- Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo - USP (2018): Relatório Final. São Paulo, 51p. (Relatório da Comissão Verdade da Universidade de São Paulo (USP); V. 1.
- CNV- Comissão Nacional da Verdade (2017): Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: cnv.memoriasreveladas.gov.br
- Comitê de Proteção aos Jornalistas (2020): O Brasil restringe o acesso às informações governamentais em meio à emergência Covid-19. Disponível em <https://cpj.org/2020/03/brazil-restricts-access-to-government-information/> (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- FAU & V-DEM (2022): Índice de Liberdade Acadêmica 2022. Disponível em: www.pol.phil.fau.de/files/2022/03/afi-update-2022.pdf (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Defensores da linha de frente (2021): Análise Global 2021. Disponível em. www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/global-analysis-2021-0 (Acesso em 15. dezembro 2022).
- GPPI - Global Public Policy Institute (2020): Liberdade acadêmica no Brasil. Um Estudo de Caso sobre Desenvolvimentos Recentes. Disponível em: www.gppi.net/media/GPPI_LAUT_2020_Academic_Freedom_in_Brazil.pdf (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Global Witness (2021): Las Line of Defense. Disponível em. <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/> (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Hallel, P. (2021) "SOS Brasil: democracia sob ataque". *Lancet*, 30;397(10272):373-37
- Hill Collins, P. (2017): Sobre Violência, Interseccionalidade e Política Transversal', *Estudos Étnicos e Raciais* 40, no. 9 (2017): 1460–73.
- Hill Collins, P. & Bilge, S. (2016): *Interseccionalidade*, Cambridge. Polity Press.
- Kinzelbach, K., Ilyas S., Janika Spannagel, e Robert Quinn (2020):. *Universidades Livres. Colocando o Índice de Liberdade Acadêmica em Ação*. Relatório, março, Global Public Policy Institute.
- Latour, B. (2020) Onde aterrar?: como se orientar politicamente sem antropoceno. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.
- Lima, V., & Yamamoto, S. (2022): "Guerra da Cultura" contra as universidades brasileiras: como os cortes no orçamento e as mudanças nas políticas de educação terciária estão afetando a comunidade acadêmica. *Alternautas*, 7(2). Disponível em. <https://doi.org/10.31273/alternautas.v7i2.1108> (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Observatório do Conhecimento, Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT), Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade (SBPC) SBPC (2022). *Pesquisa Nacional: A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?*(Relatório). Rio de Janeiro, Observatório do Conhecimento. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/wp->

- content/uploads/2022/08/relatorio-liberdade-academica.pdf. (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Özkirimli, U. (2017). Como Liquidar um Povo? A liberdade acadêmica na Turquia e além. *Globalizações*, 14(6), 851-856. <https://doi.org/10.1080/14747731.2017.1325171>
- Rupp, S. (2003) "Sekundäre Traumatisierung durch Behördenprozesse". Em *Fachtagung: Nachhaltiger Opferschutz durch interdisziplinäre Zusammenarbeit*: 30-52.
- Santini, R. M, & Barros, C. E. (2022): "Negacionismo climático E desinformação Online": Uma revisão De Escopo". *Liinc Em Revista*, 18(1), e5948
- SAR - Estudiosos do Risk (2021): Livre para Pensar 2021. Relatório do Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica dos Estudiosos em Risco. Disponível em: </www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2021/12/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2021.pdf> (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- SAR - Estudiosos no Risk (2020): Livre para Pensar 2020. Relatório do Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica dos Estudiosos em Risco. Disponível em: www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/11/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2020.pdf (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- SAR- bolsistas do Risk (2019): Livre para Pensar 2019. Relatório do Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica dos bolsistas em Risco. Disponível em: www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2019/11/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- SAR - Estudiosos do Risk (2018): Livre para Pensar 2018. Relatório do Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica dos bolsistas em Risco. Disponível em: www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2019/11/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Assembléia Geral das Nações Unidas (2020)**, Relatório do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão. Disponível em: [N2019786.pdf \(un.org\)](#) (Acesso em 15 de dezembro de 2022).
- Valle, M. (1999): *1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp.
- Van Tuijl, P. (2000): *Promovendo direitos e compensando riscos. Uma visão geral das ONGs em um ambiente com deficiência*. Civicus.

Legislação

Decreto No. 9690

Lei nº 12527

Declaração da UNESCO 1997, Art. 27

LEI Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [Document01 \(mec.gov.br\)](#)